

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EAD GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

DÉBORA TEREZA GÓES OLIVEIRA

PERSPECTIVA DE PROFESSORAS/ES DE UM ESPAÇO DE PRIVAÇÃO DE
LIBERDADE EM RELAÇÃO À GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

FLORIANÓPOLIS /2016

Débora Tereza Góes Oliveira

PERSPECTIVA DE PROFESSORAS/ES DE UM ESPAÇO DE PRIVAÇÃO DE
LIBERDADE EM RELAÇÃO À GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientador: Prof. Dr. Pedro Rosas Magrini

FLORIANÓPOLIS

2016

Agradecimento

Agradeço minha família por ter apoiado durante o curso, com discussões produtivas durante o percurso. A minha querida Tutora Gisele Mozzi, a qual sempre estava me apoiando nas discussões e orientação ao longo do curso com sua paciência e motivação.

A minha filha Daniela Góes Takano de 13 anos com novas visões do mundo escolar a partir de suas perspectivas, como aluna de gênero no espaço escolar. Ao meu filho Felipe Góes Takano de 11 anos por me mostrar o mundo da descoberta e insegurança no ambiente escolar com sua postura singela.

Não poderia deixar de mencionar ao meu companheirinho de todos os trabalhos ao longo do curso o Davi Góes de 9 meses sempre pedindo atenção, mas compreensivo na minha falta de atenção.

Ao meu orientador Pedro Rosas Magrini por sua postura firme, sempre motivadora, mostrando as possibilidades de um Trabalho de Conclusão de Curso sem que eu perdesse o foco.

A coordenadora em exercício Olga Regina Zigelli Garcia, professora do Departamento de Enfermagem da UFSC, atua no Curso de graduação em enfermagem; pelo desempenho e conduta integradora durante o curso, com suas visões mais científicas e técnicas sobre a relação de gênero e sexualidade.

RESUMO

Atualmente o debate sobre relações de gênero e sexualidade nas escolas vem crescendo consideravelmente. A finalidade deste trabalho é identificar a concepção sobre a temática gênero e sexualidades de professoras/es atuantes no Espaço de Privação de Liberdade na Penitenciária da Agrônômica em Florianópolis. O trabalho foi realizado no segundo semestre de 2016 com cinco professoras/es do sistema prisional. Para coleta de dados foram realizadas entrevistas através de questionário semi-estruturado. A análise dos resultados demonstrou que, apesar da incorporação assistemática dos conceitos de gênero e sexualidade no dia a dia das aulas, ainda há dificuldade na compreensão da importância da temática e também resistência em trabalhar conteúdos desta natureza.

Palavras-Chave: Gênero. Sexualidade. Escola. Penitenciária.

Abstract

Nowadays, The current debate on gender and sexuality in schools has been (considerably) growing up. The purpose of this work is to identify the conception about gender and sexuality with teachers working in the Area of Deprivation of Liberty at the Agronomic Penitentiary, in Florianópolis. The work was carried out in the second semester of 2016, with five teachers from the prison system. For data collection, interviews were conducted through a semi-structured questionnaire. The analysis of the results showed that, despite the non-systematic incorporation of the gender and sexuality concepts in the day-to-day's classes, there is still difficulty in understanding the importance of this subject, as well as resistance in working with this nature's content.

Keywords: Genre. Sexuality. School. Penitentiary

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	6
2. INTRODUÇÃO.....	8
3. OBJETIVOS.....	9
3.1 OBJETIVO GERAL.....	9
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
4. ENCARCERAMENTO NO BRASIL E A HISTÓRIA DA PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS.....	10
5. GÊNERO E EDUCAÇÃO.....	12
6. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	15
7. AS CONCEPÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE DE PROFESSORAS/ES DO SISTEMA PRISIONAL.....	17
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
9. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	25
ANEXO I.....	26
ANEXO II.....	27

1. APRESENTAÇÃO

Ao longo da minha vida sempre pensei em trabalhar com educação física na escola, até mesmo porque sempre pratiquei atividade esportiva, entre elas a natação, modalidade que pratico até hoje e que me ensinou que o esporte é uma das formas de viver o mundo quando se é adolescente sem direção, buscando se firmar na vida.

Em 2003, quando estava grávida da minha primeira filha, entrei no curso de Educação Física na Universidade Paulista – Campus Brasília. Foi uma felicidade enorme tanto pela gravidez como pela oportunidade de estudar na universidade. Além de graduar em Educação Física e adquirir conhecimentos acadêmicos que me permitiram habilidades para trabalhar na área escolar.

Como sou natural de Brasília-DF, sempre quis morar na praia e em Santa Catarina, realizando este desejo em 2011. Como professora passei por várias escolas nas quais presenciei violência física, sexual, infantil e familiar e isto chamou minha atenção, tendo me levado, em 2013, a trabalhar com populações marginalizadas encarceradas em uma penitenciária. Este trabalho se constituiu em um desafio enorme, pois sequer imaginava as dificuldades de se trabalhar com a população carcerária até passar pelo Espaço de Privação de Liberdade na Agrônômica em Florianópolis. No começo fiquei perdida e sem rumo, sem saber como trabalhar estas diferenças com as quais convivemos em nosso dia-dia.

Ao navegar pela internet, encontrei o Curso de Especialização em Gênero e Diversidade (GDE), oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina. O processo seletivo para o curso tinha como público alvo professoras/es da rede pública. Aprovada, cursei a especialização por dois anos e os novos aprendizados acrescentaram muito em minha prática profissional. Um deles foi a maior valorização do ser humano apenado, uma tarefa nada fácil, pois são pessoas que cometeram algum delito e dentro desta realidade muitas/os agentes penitenciárias/os não as/os reconhecem como indivíduos, mas como criminosos fora da lei.

Em Santa Catarina, estado onde atuo profissionalmente, constato que há um descaso das autoridades na busca da melhoria das estruturas físicas e humanas do complexo penitenciário uma vez que a maioria das/os funcionárias/os não possui cursos de capacitação na área penal, o que faz com que as/os agentes tenham dificuldade em realizar um trabalho mais humanizado com as/os apenadas/os.

Penso ser papel do/a professor/a possibilitar uma perspectiva de futuro em cada um/a das/os apenadas/os mostrando outras possibilidades da vida. Neste sentido, dentro de minha área de formação e atuação, procuro sempre trabalhar suas habilidades esportivas mostrando o lado do esporte como uma ferramenta social e de cidadania.

O GDE possibilitou-me através de novos desafios experiências e uma mudança como pessoa e profissional repensar temáticas polêmicas como gênero, sexualidade, diversidade, raça e etnia, entre outros, buscando inserir temas provocativos, resignificando a realidade que vivencio, contribuindo para diminuição dos casos de violências ou restrição de direitos destas/es apenadas/os.

2. INTRODUÇÃO

A categoria gênero está cada vez mais presente em nosso dia a dia, nas discussões, nos relacionamentos sociais, em escolas, órgãos governamentais, organizações de movimentos sociais e segundo Joan Scott (1995) é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças.

Os estudos de gênero trouxeram grandes progressos para as mulheres e outros movimentos sociais como gays, lésbicas, homossexuais e transexuais. Estes grupos, ao longo do tempo, se fortaleceram para lutar contra a discriminação, preconceitos, violências verbais e físicas nas cidades e campos. No entanto, apesar de ser um tema em discussão na atualidade, ainda existem dificuldades em se trabalhar com as relações de gênero no espaço escolar, a começar pela diferenciação, por exemplo, entre gênero e orientação sexual.

A evolução da educação no Brasil e as transformações sociais ocorridas nas últimas décadas apontam para a necessidade de se criar ferramentas de estudo para ajudar a ampliar os questionamentos na perceptiva de gênero e sexualidades também nos espaços excluídos pela sociedade, como, por exemplo, o sistema carcerário. Tal fato aponta para necessidade de ampliação dos estudos de gênero para grupos vulneráveis com intuito de diminuir o preconceito e a violência, tanto física, como psicológica nestes espaços.

Para tanto, realizei uma pesquisa de conclusão de curso busca conhecer as concepções sobre gênero e sexualidade de professoras/es que trabalham em um espaço de privação de liberdade da cidade de Florianópolis. O trabalho está dividido em cinco partes, além desta introdução. Em seguida, apresento os objetivos geral e específico, posteriormente, o histórico da penitenciária, onde as/os professoras/es que foram entrevistadas/os trabalham, a revisão de literatura, a metodologia utilizada, os resultados da análise, o referencial bibliográfico e os anexos.

3. OBJETIVO

O objetivo do projeto foi conhecer as concepções de gênero e sexualidade de professoras/es atuantes no Espaço de Privação de Liberdade na Penitenciária da Agrônômica em Florianópolis.

3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar qual a concepção de professoras sobre gênero e sexualidades
- Identificar se professoras/es que trabalham na penitenciária tem formação em gênero e sexualidade;
- Identificar como são organizados os espaços da penitenciária no que concerne gênero e sexualidade;
- Contribuir para os estudos de gênero e sexualidade na educação para população carcerária;

4. ENCARCERAMENTO NO BRASIL E A HISTÓRIA DA PENITENCIÁRIA DA AGRONÔMICA EM FLORIANÓPOLIS

No ano de 2012 a população carcerária brasileira era de 515.482 pessoas segundo o *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil* publicado em 2015. Desse total, grande parte está encarcerada no estado de São Paulo, mais de 190 mil pessoas. Minas Gerais é o segundo estado em população encarcerada do Brasil com mais 45 mil pessoas.

Em relação à distribuição da população prisional no país por gênero havia significativa predominância de homens no ano de 2012, cerca de 94% contra apenas 6% de mulheres. Contudo, percebe-se um crescimento acelerado do encarceramento de mulheres entre os anos de 2005 e 2012. Enquanto a população carcerária masculina cresceu 70% em sete anos, a população feminina cresceu 146% no mesmo período (BRASIL, 2015).

A maioria da população prisional do país, em 2012, era composta por jovens entre 18 e 29 anos, cerca de 54,8%. Além de homem e jovem, essa população carcerária é em sua maioria negra, sendo 60,8% da população prisional (BRASIL, 2015). Quanto a escolaridade, é possível identificar que a maior parte das/os apenadas/os não completou o ensino fundamental e uma parte muito restrita possuía ensino superior (BRASIL, 2015).

Em Santa Catarina a população carcerária é de mais de 16 mil pessoas, das quais cerca de 800 estão na penitenciária da Agrônômica em Florianópolis, que é um estabelecimento penal subordinado ao Departamento de Administração Penal – DEAP da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão do Estado de Santa Catarina. Segundo Fábio Coelho Dias (2010), na década de 1930 a penitenciária era conhecida no início pelo nome de “Pedra Grande”, e tinha a capacidade para alojar 50 apenadas/os. Sua estrutura física foi construída com dependências externas, com alojamento de Padrão da Companhia Militar de Santa Catarina, na época uma estrutura que acolhia sua realidade de capacidade estrutural. Contudo, ao longo dos anos, a estrutura física da Penitenciária não comportava mais o aumento da demanda por vagas no sistema prisional. Com isso, o poder público foi obrigado a transferir a penitenciária

para um novo local que se situa no Bairro da Agrônômica na capital de Florianópolis. Neste período, o bairro Agrônômica não fazia parte da área central e mais povoada da cidade (DIAS, 2010).

Inicialmente na década dos anos 80 eram oferecidas , oficinas de marcenaria, tipografia, artesanato para as/os apenadas/os em regime de semiaberto, juntamente com a escolarização desde a alfabetização até o ensino médio, possibilitando a formação escolar que veio através da parceria do Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina. Diante das rebeliões e motins dentro da Penitenciária foi necessário construir uma ala de segurança máxima nos anos 80.

Na década de 80 o nível de criminalidade e de grupos criminosos do estado de Santa Catarina era bastante expressivo e vinha acompanhado de facções PCC e PGC em todo o Estado. Por isso foi necessário separar as/os apenadas/os para obter a ordem dentro do complexo diminuindo as violências físicas, sexuais e psicológicas. Entre as mudanças, houve a construção de celas feitas com beliches de concreto prejudicando a vida das/os apenadas/os de forma desumana em um ambiente hostil com fungos e bactérias que trazem prejuízo para a saúde. Saliente-se que não existe processo de educação e ressocialização em local desapropriado para efeitos de cidadania. Sendo assim, observamos que o poder público tem a obrigação de analisar suas normas técnicas e estruturais antes de colocar apenadas/os sucateados em celas desumanas e sem estrutura alguma.

A vulnerabilidade das/os presas/os LGBT tem levado algumas prisões decisão de a separá-las/os de outros prisioneiros, enquanto em outras elas/es ficam alojadas/os com as/os presas/os em geral. Em Florianópolis, galeria da diversidade na ala feminina para proteger as apenadas de violências físicas, sexuais e psicológicas por grupos que não aceitam as lésbicas, homossexuais e pessoas trans.

5. GÊNERO E EDUCAÇÃO

Compreender o conceito de gênero dentro das escolas e centros acadêmicos e sua relação com poderes públicos e movimentos sociais é fundamental para diminuir o preconceito da sociedade.

No Brasil, Desde entre a década de 1930 e 1970, muitos grupos de mulheres estiveram atrelados aos partidos de esquerda trazendo questões de gênero como pauta. Nos anos de redemocratização, o cenário político brasileiro não comportava organizações que privilegiassem a articulação de interesses específicos acima dos interesses de classe. Assim, o movimento feminista se organizou ainda no regime militar e está intimamente envolvido no processo de democratização do país. (ÁVILA, 2008).

Nos EUA, um dos berços do feminismo, a história é distinta. O movimento de mulheres teve como ponto de partida a publicação do livro *A Mística Feminina*, de Betty Friedan em 1963, que denunciava as estratégias de confinamento de mulheres na esfera doméstica, propondo novas formulações para a reorganização. Friedan buscava explicar o que ela chamou de “o mal que não tem nome”, representando a angústia do eterno feminino, da mulher sedutora e submissa, cujas possibilidades de realização eram restritas.

Outros movimentos que ganham corpo a partir dos anos 1970 são aqueles ligados a grupos gays e lésbicos. Ou seja, em muitos pontos, os feminismos e os movimentos LGBT juntaram-se para fortalecer as diferenças e com isso fazer crescer os movimentos, dando visibilidade nas ruas, em debates políticos, promovendo o questionamento sobre gênero, sexo e sexualidade sem vulgarizar o tema. Estes movimentos promoveram e facilitaram o acesso aos serviços de saúde, escolarização dos grupos de gênero, resguardaram seus direitos civis, lutaram por justiça, igualdade e respeito, obtiveram visibilidades nas redes sociais, em jornais e revistas acadêmicas, debates em programas de televisão e até mesmo no Congresso Nacional com um grupo especializado em estudos de gênero.

Ao longo dos anos as lutas feministas foram mudando de acordo com o progresso da sociedade, incluindo a busca por trabalho remunerado, igualdade salarial, abertura de creches, o livre uso de vestimentas, o uso de maquiagem, a desigualdade das

tarefas domésticas, sobretudo com os filhos que ainda são exclusivas das mulheres, pouca representatividade no cenário das políticas municipal, estadual e federal no Brasil.

As questões que levam as observações e as diferenças quando a presença da temática sobre as categorias como gênero, etnia, classe social, mostram a relação entre homens e mulheres e a perspectiva de incluir a temática nas escolas públicas no Brasil. Muitas escolas públicas e professoras/es não estão capacitados para falar sobre gênero e, por falta de formação, acabam por confundir gênero com orientação sexual, dificultando os diálogos com os alunos/os e comunidade escolar, além de reproduzir preconceitos. Trata-se, inclusive, de uma questão de direitos previstos na lei.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) afirma ser obrigatório o ensino de conteúdos históricos sobre populações afro-brasileiras e indígenas nas escolas, o direito à educação e à acessibilidade para indígenas, quilombolas, sujeitos do campo e sujeitos da educação especial; da mesma forma, para aqueles que se reconstróem em seus direitos, em suas identidades, nos movimentos de direitos humanos, nas relações de gênero e na diversidade (GRAUPE SOUSA, 2015)

A educação para Direitos Humanos é compreendida como um processo multidimensional e sistemático a qual orienta pessoas a respeito de direitos humanos, com intuito que a/o aprenda/o estude e que o mesmo tenha uma apreensão de seu conhecimento.

As práticas sociais e a formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados buscando fortalecer suas relações sociais a favor da promoção, da proteção, bem com a reparação de suas violações.

Sendo assim a educação pode ser um meio de promoção dos direitos humanos, priorizar a formação de agentes públicos e sociais com atuação humana, buscando diálogo com a rede intersetorial dos sistemas de educação e saúde, comunicação e informação, justiça e segurança, mídia entre outros.

Deste modo a educação pode-se tornar indispensável e ganha uma importância no desenvolvimento de suas potencialidades valorizando o respeito dos grupos socialmente excluídos, trazendo, nesta concepção, a participação efetiva em uma sociedade livre.

A incorporação das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos nos projetos pedagógicos das instituições de ensino quebra a rigidez da educação tradicional, levando em conta as experiências de vida de participantes, fazendo com que eles despertem para seus direitos. Essa é uma das várias propostas da Educação em Direitos Humanos.

Este processo de pessoas restritas de convívio social identifica a importância da escolarização em espaços de privação de liberdade para oportunizar a escolarização desde a sua alfabetização, estimulando para a conclusão do ensino fundamental e médio profissionalizante para um cidadão capaz de desenvolver seu potencial.

A educação é um processo que vem junto com a justiça e cidadania trazendo profissionais capacitados com formação em suas áreas específicas sem sair do direcionamento dos estudos.

Os estudos de gênero se fazem também necessários nos grupos excluídos do convívio social lutando contra a proliferação de preconceitos, violências físicas e sexuais por não terem espaços físicos adequados e não serem respeitados em suas diversidades.

6. METODOLOGIA DA PESQUISA

6.1 – **Tipo de estudo:** Trata-se de um estudo qualitativo realizado na Penitenciária da Agrônômica, localizada em Florianópolis, Santa Catarina, durante o segundo semestre de 2016. A pesquisa qualitativa pode ser entendida como:

Um conjunto de técnicas de coleta de dados. As técnicas mais conhecidas e utilizadas são a observação, a entrevista, o grupo focal e a análise de documentos. A escolha da técnica a ser utilizada ou da combinação de técnicas irá depender do objeto de investigação. Devem ser selecionadas aquelas com maior potencial para fornecer os dados necessários à compreensão do fenômeno estudado (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2016, p. 233).

6.2 - **Cenário do Estudo:** A escola do sistema Penitenciário de Santa Catarina não tem um Projeto Político Pedagógico. A formação escolar é realizada pelo Centro Educação de Jovens e Adultos entre a Secretaria do Estado da Justiça e Cidadania e a Secretaria Estadual de Ensino do Estado de Santa Catarina. Entre a Secretaria de Educação e a, possui um sistema de unidades descentralizadas o sistema de ensino CEJA, que tem autonomia na escolha dos temas e procurando preservar a cultura regional que é bastante diversificada no Estado de Santa Catarina.

O número de alunos e quantidades que estudam podem variar de acordo com o local e sua estrutura física, sendo estruturas físicas antigas. Por ser um sistema fechado não temos acesso a número exatos e o DEAP também não autoriza a divulgação de números de alunos em suas unidades por medidas de segurança.

Como parceria com o Ceja (Centro Educação de Jovens e Adultos de Florianópolis), possui um sistema de unidades descentralizadas, que tem autonomia na escolha dos temas e procurando preservar a cultura regional que é bastante diversificada no Estado de Santa Catarina.

6.3 - **População alvo:** Inicialmente foram convidados a participar dez professores. Informados sobre a temática apenas cinco, sendo duas mulheres e três homens, aceitaram participar. Sendo assim as/os sujeitas/os do estudo foram cinco professores do sistema prisional, dois homens e três mulheres.

6.4 Coletas de dados: Para coleta de dados foram realizadas entrevistas através de questionário semi-estruturado elaborado pela autora (apêndice A). As entrevistas foram realizadas de maneira distinta, de acordo com a disponibilidade de cada entrevistada/o. Cada entrevistada/o assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B). Antes das entrevistas foi informado às/aos entrevistadas/os a finalidade e objetivo da pesquisa, a importância da colaboração pessoal e que todas as informações seriam confidenciais e permaneceriam no anonimato. As entrevistas foram gravadas e transcritas para garantir a fidelidade das respostas. O tempo de entrevista variou entre 30 e 40 minutos

6.5 - Tratamento dos dados: Os dados não foram sistematizados seguindo uma técnica de análise de dados. Optei por apresentar as respostas das/os docentes do sistema prisional entrevistadas/os, buscando fazer algumas reflexões, a luz literária.

6.6 - Questões Éticas: O estudo foi autorizado pela Diretora do Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA – Florianópolis, uma vez que a educação carcerária se dá em uma parceria entre a Secretaria de Educação e a Secretaria da Justiça e Cidadania. Os nomes das/os entrevistadas/os são fictícios preservando sua identidade.

7. AS CONCEPÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE DE PROFESSORAS/ES DO SISTEMA PRISIONAL

A partir daqui, apresento as respostas na sequência de perguntas que as entrevistas foram feitas, buscando fazer uma reflexão sobre as mesmas.

A primeira pergunta realizada foi se elas/eles sabiam o que era gênero e onde ouviram sobre tal temática. Todas as/os professoras/es responderam que conhecem o conceito, citando que a graduação foi o espaço onde o conheceram. Um dos professores, inclusive, já havia participado de uma edição do Evento Internacional Fazendo Gênero, um dos maiores eventos acadêmicos na temática do Brasil.

“Sim, durante o curso de Letras – Português, na UFSC, fui apresentado ao conceito e inclusive participei do evento “FAZENDO GENERO”, promovido pela instituição” (João).

Outras/os professoras/es não recordavam, pois responderam sim, mas não souberam responder em qual o momento que ouviram falar do tema. Sendo assim, percebe-se que a apropriação da temática não é unânime entre as/os entrevistadas/os o que me leva a afirmar que a questão de gênero como conceito ainda não está clara para este grupo de professoras/es.

Na pergunta seguinte: Alguma disciplina no curso de sua faculdade abordou a temática de gênero? Poucas pessoas afirmaram que tiveram disciplinas ou que não se apropriaram do tema. A grande maioria não lembrava o nome da disciplina, somente um dos professores, o mesmo que já havia participado do evento Fazendo Gênero.

Perguntadas/os se conheciam alguma legislação brasileira que rege a Educação Física levando em conta a questão de gênero, muitas/os professoras/es afirmaram não ter conhecimento sobre a mesma e que a questão de gênero não tinha importância como conteúdo em suas aulas.

Muitos professores ao serem questionados sobre o conhecimento da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 não tinham conhecimento sobre a importância da atribuição da escola, convivências e disciplinas escolares e que por isso as discussões de gênero

perdem importância como conteúdo em suas aulas. Em nenhuma das cinco entrevistas, os professores sabiam.

Esta lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, mostra todas as atribuições burocráticas dentro da instituição de ensino, o papel do/a professor/ra e suas relações sobre a sua disciplina para educando/as.

Ao responderem se as atividades, em geral, devem ser diferentes para meninos e meninas e solicitados a falarem sobre suas experiências como professor/a, todas/os as/os professoras/es afirmaram que não é necessária esta separação. Para Joana

“No geral não, pois já passamos dessa fase, hoje principalmente as mulheres praticam atividades antes não comum para o gênero, como futebol entre outros” Na opinião do professor João.

“Acho que quanto mais plural e diversas as atividades propostas mais inclusão ela pode promover, segregar nunca é uma saída justa e ética” A professora Andréia acredita.

“ que todos devem ser tratados igualmente e as atividades também”.

Estes fatos indicam de que o corpo docente, apesar de não ter conhecimento teórico sobre gênero, tem consciência da importância da não segregação por sexo nas atividades didáticas em sala de aula, demonstrando que mesmo que sem um referencial teórico, aplicam didáticas aparentemente não sexistas. Isso mostra importância em retirar a divisão das atividades por gênero e colocar o ensino em frente para que todas as pessoas possam atingir o mínimo de conhecimento.

Didáticas muito tradicionais não significam eficácia no trato pedagógico, na mediação, transmissão e apropriação do conhecimento sistematizado.

As/os novas/os professoras/es têm proposto com relações mais construtivistas e demonstrando que podemos mudar a forma de ensino.

Indagados sobre em que medida, atualmente, as atividades propostas no Projeto Político Pedagógico da escola do Presídio contemplam ações de educação para a diversidade, nenhum/a das/os professoras/es sabia explicar ou indicar se existe tal documento da instituição. Como já dito, não existe PPP na escola do sistema presidiário de Santa Catarina.

“Não me recordo de nenhum específico, esse assunto é polêmico no sistema, homossexuais não convivem com heéteros, isso no masculino e feminino”. (Joana).

“Nenhuma ação ou mesmo documento existe, que contemple a diversidade na educação ou socioeducação, não que eu tenha conhecimento” (João).

“Não. Mas deveria, porque eles têm muito preconceito aqui dentro” (Andrea).

Ressalto que a professora Andrea foi a única a utilizar o termo preconceito explícito como o preconceito, uma vez que as/os outras professoras/es não quiseram falar ou demonstrar se o mesmo existe ou não dentro do sistema prisional.

Destaco aqui, pautada em minha experiência como professora deste sistema, que existe sim preconceito e descriminalização, tanto entre as/os prisioneiras/os como entre professoras/es e agentes prisionais, o que faz com que muitas vezes as/os apenados não revelem sua orientação sexual por medo de agressões físicas e sexuais dentro do complexo penitenciário. Esta preocupação com a identidade sexual demonstra os preconceitos explícitos e muitas vezes velados, uma vez que muitas/os apenadas/os, por medo, só se sentem à vontade para falar sobre orientação sexual com seus próprios grupo ou em suas galerias. Destaco também que existe um código de ética tácito dentro do complexo e que costuma ser seguido por seus membros.

Questionadas/os se realizam atividades no presídio diferente daquelas realizadas em outras as escolas e se consideram possível implementar atividades com temáticas de gênero no sistema prisional duas (mulheres) dos cinco professoras/es entrevistadas/os julgaram importante implementar tais temáticas, sem contudo, apresentar sugestões.

“Acredito que sim, mas pela linha do conhecer e respeitar. Na maioria das vezes sim, são diferentes atividades de esclarecimentos sobre o que é cada um dos gêneros”. (Joana).

“Sim. Não. Sim. Textos informativos, debates questionários etc. (Andrea).

Saliento que é preocupante o silêncio dos outros três professores sobre esta questão, indicando insegurança falta de conhecimento ou talvez a falta de interesse sobre a temática de gênero, mesmo afirmando a importância de trabalhar em sala de aula a temática seja qual for sua disciplina, o que me parece uma contradição. Tal contradição pode ser constatada na resposta a sétima pergunta que solicitava a opinião

das/os professoras/es sobre necessidade de que as/os estudantes saber sobre o conceito de gênero, à medida em que todas/os sinalizaram a importância da discussão e a maioria colocou alguns temas a serem abordados, como: gays, trans, bissexuais, transexuais, que em sua opinião são discriminados no Espaço de Privação de Liberdade. Temas recorrentes as aulas como violência sexual, violência física, preconceitos, parecem ser temas recorrentes. Houve, por parte do corpo docente, uma dificuldade em diferenciar gênero e orientação sexual.

Destaco que na ala feminina da penitenciária foi construída uma ala da diversidade para mulheres que se intitulam lésbicas, na tentativa de tentar diminuir casos de violência que eram praticados por outros apenados. A partir desta construção ala feminina garantiu o respeito e o tratamento digno para as apenadas assumidamente homossexuais. Penso que este projeto deva ser estendido para as/os pessoas com outras identidades que não a heterossexual como por exemplo gays, transexuais e travestis visando a garantia de tratamento igualitário e a integridade humana, prevenindo violências concretas e também as veladas dentro da penitenciária.

Perguntadas/os se conversam com seus/suas estudantes sobre: padrão de beleza; sexualidade; orientação sexual; papéis femininos e masculinos a totalidade de respondentes afirmou que são temas abordados em aula, tanto em diálogos como em textos complementares, a partir do interesse de alunas/os. Esta resposta demonstra que não importa o sistema de ensino, seja ele prisional ou não, as/os professores continuam tendo um papel importante na formação do corpo discente, podendo vir a ser agentes de transformação e mudanças. Mesmo que despreparadas/os serão sempre uma referência, o que aponta para a necessidade de formação em gênero e sexualidade.

Dentre as perguntas elaboradas uma buscou saber o que as/os professoras/es entendem por sexualidade.

Duas professoras (Joana e Roberta) demonstraram uma visão biologicista da sexualidade uma vez que Joana respondeu que “se refere ao sexo” e Roberta como “natural, ou seja, o sexo é natural e isso faz parte de nossa necessidade fisiológica. Algo que esta envolvido ao corpo”.

Saliento aqui que conforme Luciana Zucco (2007):

Podemos dizer que não há modelo universal e, tampouco, único de expressão e vivência da sexualidade (nem mesmo para a própria pessoa); não há limite inscrito do permitido e do proibido em lugar de forma definitiva e eterna, pois ela está impregnada de convenções culturais, que modelam as relações sociais e sexuais dos indivíduos. É a partir dessas considerações que se entende a sexualidade como forma peculiar que cada indivíduo desenvolve e estabelece para viver suas relações subjetivas e coletivas. Isso implica afirmar que a compreensão de sexualidade ultrapassa a genitalidade e a reprodução, pois está intimamente ligada ao desenvolvimento da pessoa e representa uma parcela muito importante na estruturação da sua personalidade (ZUCCO 2007, P. 94-95)

Três professoras/es (um homem e duas mulheres) conseguiram extrapolar a questão meramente biológica, incluindo em seu conceito comportamento humano e desejo.

“Disposição natural típica dos seres humanos que ultrapassa os genotípicos e fenótipos biológicos” (João).

“A opção pessoal por quem se relaciona”. (Juliano).

“Conjunto de comportamentos que concernem a satisfação da necessidade e do desejo sexual”. (Andrea).

Perguntadas/os se fora da sala de aula são procuradas/os pelas/os estudantes para falar sobre as temáticas relacionadas à sexualidade, a maioria das/os professoras/es respondeu que o contato com o aluno é restrito fora da sala de aula.

Três professoras/es se mostraram desconfortáveis para tratar o assunto, muitas/os por medo de serem mal interpretadas. Contudo, duas pessoas, um professor homem e uma mulher afirmaram que dão conselhos quanto a sexualidade, como João:

“Sim. Embora eu como profissional tenha uma postura séria, procuro sempre estabelecer algum laço com os alunos, por isso eles me procuram para conversar” (João).

Aqui é importante frisar novamente a “pressão” exercida pelo “código de ética” das/os apenadas/os o que, em minha percepção, limita uma ação mais aberta (ou seria transgressora?) dos docentes.

Como última pergunta as/os professoras/es responderam sobre o que acham que as/os estudantes gostariam de saber sobre sexualidade, citando exemplos. A grande maioria respondeu que há necessidade de falar sobre a compreensão e a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, sendo papel das/os professoras/es promover este debate durante suas aulas.

Vale aqui citar Olga Garcia (2007) quando diz:

Não podemos desconsiderar a biologia, pois abandonando os aspectos biológicos inerentes à sexualidade, incorreremos no erro do determinismo cultural. Por outro lado, como ressalta esta autora, os programas educativos, não podem focar apenas a associação do sexo a ocorrências negativas, como gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis, ignorando- -o como fonte de prazer – o que na visão de Bozon (2004) se constitui em um esforço para retomar o controle moral sobre a geração mais jovem. Para evitar a ocorrência deste controle citado por Bozon, a educação sexual (que será abordada ao final da disciplina) é a ferramenta pela qual se pode discutir as questões relativas à sexualidade, buscando a promoção da saúde sexual e reprodutiva. Nela a sexualidade deve ser trabalhada como fonte de prazer na vida humana. GARCIA (2007: 216)

Ainda respondendo a este quesito um do professor Juliano que não ser necessário “ensinar sexualidade”, demonstrando que há um grande trabalho de capacitação a ser elaborado junto ao corpo docente.

“Não vejo o porquê de se ensinar sexualidade”. (Juliano).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola e professoras/es vêm demonstrando suas fragilidades e dificuldades em relações ao conceito de gênero e sexualidade. Este contexto não é diferente na escola da Penitenciária da Agronômica em Florianópolis, o que mostra que mesmo com várias discussões nos meios sociais, televisão, internet, tais conceitos ainda geram muitas dúvidas e interpretações entre professoras/es e alunas/os.

A escola seja ela de que natureza for, precisa construir caminhos que possibilitem diálogos e debates de maneira aberta, mas sem conflitos diretos para que estudantes possam buscar caminhos positivos ao longo da Educação Básica, este processo precisa ser contínuo e transformador para todos envolvidos.

A educação sofre com mudanças radicais e as políticas públicas não acompanham tais transformações. Em relação a formação continuada para professoras/es de Espaços de Privação de Liberdade é imperativo e fundamental para contribuir no aprendizado da/o aluna/o, com conteúdos que auxiliem na construção crítica do ser humano, a partir do processo de ensino aprendizagem.

O/a professor/a tem o papel de buscar novas ferramentas em sala de aula, procurando se renovar e atualizar para acompanhar as mudanças sociais. Neste sentido, o Curso Gênero e Diversidade na Escola proporciona ver os temas geradores de conflitos sociais como ferramenta de trabalho que auxilia as/os educandas/os em seu crescimento pessoal sem causar constrangimentos, levando em conta que estas/es, muitas vezes, estão em processo de construção cognitiva e social. Fazer esta pesquisa, significou para mim, desvelar alguns preconceitos que pairam em nossa sociedade, principalmente em presídios, local em que a orientação e identidade sexual costuma ser um demarcador de discriminação e violências do sistema prisional brasileiro.

As respostas aos questionamentos demonstram que ainda estamos longe do ideal em sala de aula. A discussão sobre gênero e sexualidade é recente, quando não ausente, faltando um longo caminho para percorrer e mostrando que ser diferente é normal e ajudando a lidar com as diferenças pautada no respeito.

O trabalho demonstra, mesmo que indiretamente, a fragilidade do Estado, tanto na construção da estrutura física, como na formação de docentes, funcionárias/os e agentes penitenciários humanizados para que não sejam perpetradores de violências físicas e emocionais da população carcerária. Essa consideração é indispensável na busca da tão almejada ressocialização de infratoras/es da lei, o que viria a se constituir um diferencial na penitenciária da Agrônômica, onde o trabalho foi desenvolvido.

O curso de Diversidade de Gênero na Escola da Universidade de Santa Catarina é uma semente plantada em cada cursista, despertando em nós, futuros especialistas novas visões de sociedade, nos propiciando ferramentas fundamentais para contribuir em sala de aula e em nossas vidas. Cabe agora a/ao professor/a utilizar da melhor forma possível os conhecimentos adquiridos nos ciclos de debates e reflexões ocorridos durante o curso podendo contribuir com os alunos para novas perspectivas futuras.

Ao apresentar os resultados da pesquisa busquei fazer uma reflexão a partir da minha interpretação, buscando um diálogo, ainda que pequeno devido a escassez de tempo, com algumas das inúmeras bibliografias sobre a temática de gênero e sexualidades.

Deixo aqui o desafio de que outras/os pesquisadoras/es, usando sua subjetividade e outras referências façam outras leituras, interpretações e análise dos dados levantados, contribuindo para o tratamento justo, humano e igualitário em todos os espaços em que haja um ser humano, privado ou não de sua liberdade de ser/estar/no mundo.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, Maria Betânia. A participação das mulheres e a Reforma Política. Cadernos de Crítica Feminista. Ano II, n.1, dez.2008. pp. 50-60.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil. Brasília : Presidência da República, 2015.

DIAS, Fábio Coelho. A Penitenciária de Florianópolis e sua evolução no tempo. Âmbito Jurídico, 2010.

GARCIA, Olga R. Z. Sexualidades femininas e prazer sexual: uma abordagem de gênero. Tese de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2007.

GRAUPE, Mareli Eliane; SOUSA, Lúcia Aulete Búrigo de. Políticas públicas de gênero no campo da educação In: GROSSI, Miriam Pillar. [et al.]. Especialização EaD em gênero e diversidade na escola: Livro V, Módulo V e VI. Tubarão : Ed. Copiart, 2015.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS v.20.nº2, 1995.

ZUCCO, Luciana P. Mulher Maravilha. Sexualidade Feminina em discursos nas revistas Cláudia e Mulher dia-a-dia. Tese de Doutorado em Saúde da Criança e da Mulher, apresentada à Fundação Osvaldo Cruz. Rio de Janeiro: 2007.

ANEXO I

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E
ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA

Aluno(a): _____

RG: _____

CPF: _____

Matrícula: _____

Título do TCC:

_____.

Orientador (a):

Eu,

acima qualificado(a); venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido.

Florianópolis, SC, ___ de _____ de 20__.

(nome do aluno)

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa:

Nome do Pesquisador Principal ou Orientador(a):

Nome do(s) Pesquisadores assistentes/alunos:
.....

1. Natureza da pesquisa: *o sra (sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade ...*
2. Participantes da pesquisa: (colocar o número de participantes, especificando qual será a população alvo da pesquisa).
3. Envolvimento na pesquisa: *ao participar deste estudo a sra (sr) permitirá que o (a) pesquisador (a) (...). A sra (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr.) (...). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.*
4. Sobre as entrevistas: (se houver, especificar como serão realizadas).
5. Riscos e desconforto: *a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. (especificar aqui possíveis riscos e desconfortos gerados durante a pesquisa). Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.*
6. Confidencialidade: *todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e o (a) orientador (a) terão conhecimento dos dados.*
7. Benefícios: *ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre*

(...), de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa (...), onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.

8. Pagamento: *a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.*

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Questionário de Trabalho de Conclusão de Curso

Este questionário é parte integrante do meu Trabalho de Conclusão de Curso, cujo objetivo principal é investigar como os professores da rede Estadual de Santa Catarina no Espaço de Privação de Liberdade no Presídio da Agronômica, estão sendo “preparados” ou “sensibilizados” para atuar de forma crítica e reflexiva com as questões de gênero, desmistificando estereótipos estabelecidos para o comportamento na escola como na sociedade”. Caro (a) colega fique à vontade para responder ou não as questões e seja o mais sincero possível nas suas respostas, sua opinião é muito importante! Desde já agradeço sua colaboração!

- 1) Você sabe o que é gênero? Já ouviu falar? Onde?
- 2) A legislação brasileira que rege a Educação Física leva em conta a questão de gênero?
- 3) Alguma disciplina no curso de sua Faculdade abordou a temática gênero?
- 4) Em sua opinião as atividades, em geral, devem ser diferentes para meninos e meninas? Fale sobre suas experiências como professor/a.
- 5) Em que medida, atualmente, as atividades propostas no projeto político pedagógico de sua escola (presídio) já contemplam ações de educação para a diversidade?
- 6) Você acredita ser possível implementar ou ampliar propostas desta área em sua escola? Acha que as atividades no presídio são diferentes das escolas? Seria possível implementar atividades com temáticas sobre gênero no presídio? Quais atividades?
- 7) Cite o que você acha que as/os estudantes necessitam saber sobre gênero?
- 8) Você conversa com seus/suas estudantes sobre:
 - () Padrão de Beleza
 - () Sexualidade

Orientação Sexual

Papéis femininos e masculinos em nossa sociedade

Não converso. Por quê? _____

9) O que você entende por sexualidade?

10) Fora da sala de aula as/os estudantes te procuram para perguntar, questionar ou desabafar sobre temáticas relacionadas à sexualidade?

Sim. Por que você acha que isso acontece?

Não. Por que você acha que isso não acontece?

11) O que você acha que as/os estudantes gostariam de saber sobre sexualidade?

Cite.